

O ARTIGO DEFINIDO NUMA ABORDAGEM DIACRÔNICA

Soélis Teixeira do Prado Mendes^{1*}

Resumo: Conforme já se discutiu fartamente na literatura pertinente, o latim vulgar, em relação ao clássico, é mais simples, mais analítico, mais concreto e mais expressivo: as simplificações ocorridas na morfologia devido ao complexo sistema do latim literário e a fragilidade das desinências finais átonas contribuíram para mudanças no sistema flexional da língua dos romanos. Com tais mudanças o aspecto sintético alterou-se para um aspecto mais analítico o que contribuiu, consideravelmente, para a independência sintática dos constituintes na frase. Dentre as principais consequências, citamos a reestruturação do sistema dos pronomes demonstrativos clássicos: dos seis pronomes, apenas três foram conservados: *iste*, *ipse* e *ille*. Com a necessidade de indicar a categoria gramatical e uma melhor caracterização e identificação dos nomes, esses dois últimos pronomes, em especial o *ille*, passam a exercer a função das desinências então perdidas, dessa situação surge o artigo definido. Além de tratar do surgimento desse determinante, pretende-se, neste artigo, discutir quais foram as outras causas: semântica, textual-discursiva e pragmático-discursiva que propiciaram a criação do artigo definido.

Palavras-chave: Latim Clássico. Latim Vulgar. Pronome Demonstrativo. Artigo Definido.

Abstract: As already vastly discussed in the relevant literature, the Vulgar Latin, compared to the Classical, is simpler, more analytical, more solid and more eloquent: the simplifications occurred in morphology, due to the literary Latin's complex system and the frailty of unstressed endings, contributed to changes in the roman language's inflection system. With such changes, the synthetic aspect shifted to a more analytical aspect which contributed, considerably, to the syntactical independence of the phrase constituents. Among the main consequences, we mention the classical demonstrative pronoun restructuring: among the six pronouns, only three were conserved: *iste*, *ipse* and *ille*. With the necessity to indicate the grammatical category, a better description and names identification, these two last pronouns, especially *ille*, start to fulfill the lost endings functions, in this situation, emerges the definite article. Besides dealing with the appearing of this determinant, we intend, in this article, to discuss which other causes were: semantic, textual-discursive and discursive pragmatic, which provided the appearing of the definite article.

Keywords: Classical Latin; Vulgar Latin; Demonstrative Pronoun; Definite Article.

Introdução

Provavelmente, os linguistas, diacronistas ou não diacronistas, sejam unânimes quanto à ausência de artigos² no sistema do latim clássico e quanto ao fato de esse determinante ter se originado de um pronome demonstrativo, especificamente do *ille*, em sua forma acusativa.

* Professora Adjunta do Departamento de Letras (DELET), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHHS), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil, soelisufop@gmail.com

Ainda assim trazemos esse assunto à baila, em especial à transformação ocorrida no sistema de pronomes demonstrativos clássico, tendo como uma das consequências o surgimento do artigo definido na fase tardia do latim vulgar, tendo sua consolidação na fase pré-romance (TARALLO, 1990), para discutirmos um pouco mais sobre as causas, além da morfossintática, que contribuíram para esse surgimento. Mas, como veremos, nem todos são unânimes quanto a estas causas: a semântica, a textual-discursiva e a pragmático-discursiva.

O sistema demonstrativo latino e o surgimento do artigo

Segundo a literatura, o artigo definido – *o, a, os, as* – procede do sistema demonstrativo latino, mais especificamente dos pronomes *ille/ipse*, respectivamente, *aquela* e *o mesmo, o próprio*. Mas, para compreendermos como isso se deu, é necessário fazermos um retorno à história da mudança ocorrida no sistema demonstrativo do latim clássico (doravante LC) para o latim vulgar (doravante LV).

O latim clássico distinguia três graus de proximidade do pronome demonstrativo correspondentes às três pessoas do discurso (LAUSBERG, 1966):

- a) *hic* – referia-se à 1ª pessoa e fazia alusão a um objeto (ou pessoa) que estava próximo de quem falava;
- b) *iste* – referia-se à 2ª pessoa e fazia alusão a um objeto (ou pessoa) que estava próximo daquele com o qual se falava;
- c) *ille* – referia-se à 3ª pessoa e fazia alusão a um objeto (ou pessoa) que se encontrava mais distante tanto daquele que falava, quanto daquele com quem se falava.

Além desse sistema, havia os pronomes pessoais e determinativos *is, idem, ipse* que possuíam uma função delimitadora e que, conforme o autor, podiam também assumir valor demonstrativo.

Os demonstrativos do LC podem ser divididos em duas grandes categorias (IORDAN & MANOLIU, 1972), a primeira é representada pela série *is/ea/id* que eram pronomes de conteúdo abstrato e podiam ser usados com função anafórica, ou de referência a um antecedente já expresso, ou que estava para ser expresso em seguida, conforme: *is qui* (o que)

² O assunto aqui tratado faz parte da dissertação de mestrado defendida em 2000, na Universidade Federal de Minas Gerais.

/ *is homo qui* (o homem que). Já a segunda categoria é representada pela série demonstrativa *hic/iste/ille* que expressava a distância espacial.

De acordo com esses Autores, as esferas semânticas dos pronomes demonstrativos se entrecruzaram no LV, e os pronomes: *hic* e *iste*, *hic* e *is*, *ipse* e *ille* eram todos intercambiáveis.

Dos seis demonstrativos clássicos (*hic*, *iste*, *ille*, *is*, *ipse*, *idem*), o LV conservou somente três e suprimiu os seguintes:

- *idem*: 'se perdeu totalmente', nas palavras de Lausberg (1966.)

- *is* e *hic*: *is* se enfraqueceu e passou a ser substituído por *ille*, que, por sua vez, herdou a função determinativa de *is* em ambientes como *is qui* = *ille qui* (aquele que). A série de demonstrativos *hic* também era empregada no lugar de *is*, mas desapareceu por razões de natureza fonética (LAUSBERG, 1966). Entretanto, estes pronomes – *is* e *hic* – permaneceram em algumas expressões cristalizadas: *id ipsum*, *hoc anno*, *hac hora* (*hic* conservou-se também na forma neutra *hoc* e *ecce'hoc*) (MAURER JR. 1959). A forma *hoc anno* > *ogano* (este ano) sobreviveu no português antigo, já a forma *hac hora* > *agora* ainda permanece no estado atual da língua. (HARRIS & VINCENT, 1988).

Com a perda dos pronomes, duas transformações – direta e indireta – ocorreram no sistema tripartido de proximidade do demonstrativo.

- a) transformação indireta – o pronome demonstrativo *ille* passou a ocupar o posto do pronome pessoal *is*, convertendo-se, assim, em pronome pessoal de terceira pessoa. Mas o uso de *ille* como indicativo de um ser remoto (3ª pessoa) foi conservado (MAURER JR., 1959);
- b) transformação direta – com o desaparecimento de *hic* do primeiro grau de proximidade, *iste*, que pertencia à 2ª pessoa, passou a ocupar o lugar de *hic*, ou a 1ª pessoa. Câmara Jr. (1976, p.101) informa que '*a casa vazia da 2ª foi preenchida por ipse*', e, de acordo com Maurer Jr. (1959), o *ille* foi conservado para 3ª pessoa.

Com base nisso, pode-se descrever o sistema demonstrativo do latim tardio da seguinte maneira:

iste – 1ª pessoa - referindo-se a um objeto ou pessoa próxima daquele que fala;

ipse – 2ª pessoa - referindo-se a um objeto ou pessoa próxima daquele a quem se fala;

ille – 3ª pessoa - forma conservada -

Esses demonstrativos contribuíram, então, para marcar, no LV, esta tríplice oposição: proximidade da pessoa que fala, da pessoa a quem se fala e posição remota. Maurer Jr. (1959) levanta a possibilidade de *ipse* possuir um sentido menos definido e menos estritamente ligado à 2ª. pessoa. Segundo o autor:

Enquanto grande parte da România antiga apresenta vestígios desse sistema, desde cedo se nota a tendência para conservar-se simplesmente a oposição de objeto próximo e objeto remoto. Temos, portanto, para o latim vulgar dois demonstrativos de sentido mais definido e persistente: *iste* e *ille*, e um terceiro, que ocupava posição média entre os dois, de vitalidade mais limitada e, talvez, de sentido um pouco mais vago: *ipse*.

(MAURER JR, 1959, pág. 110)

Neste ponto acham-se divergentes os caminhos seguidos pelas línguas românicas, pois uma parte apresenta um sistema binário, e a outra se manteve fiel ao antigo sistema. A substituição de *iste* por *ipse* constituiu uma inovação radical nas línguas que mantiveram o sistema ternário, como é o caso da língua portuguesa: *este* – indicado para o campo do falante; *esse* – indicado para o campo do ouvinte; *aquele* – indicado para fora desses dois campos.

Conforme vimos, dos seis demonstrativos clássicos (*hic, iste, ille, is, ipse, idem*) o LV conservou apenas três deles: *iste, ipse* e *ille*. Isto é: no latim clássico as três pessoas do sistema de pronomes demonstrativos eram expressas com *hic, iste, ille*; na evolução para o latim vulgar: o *iste* passou para a 1ª. pessoa, função que cabia ao *hic*, no LC; o *ipse* foi aproveitado para a 2ª, função designada ao *iste* no LC, enquanto *ille* foi conservado para a 3ª.pessoa.

Até agora vimos, em linhas gerais, a transformação pela qual passou o sistema de pronomes demonstrativos do latim clássico para o vulgar, mas qual a relação dessa transformação e o surgimento do artigo definido?

Segundo J.J. Nunes (1930), no latim vulgar, os demonstrativos mais utilizados, quando se pretendia fazer referência a uma pessoa ou a alguma coisa conhecida de todos, eram *ille* e *ipse*. Câmara Jr. (1976) esclarece que o demonstrativo *ille*, na sua forma acusativa e sem função espacial, passou a ser usado diante de um nome substantivo para opor o indivíduo definidamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie.

Isso explica, então, a função demonstrativa do artigo, uma vez que *ille* era singularmente apropriado para ser empregado como artigo, pois se referia a um indivíduo que se encontrava fora do campo falante-ouvinte, ou seja, referia-se a um sujeito ausente

(LAUSBERG, 1966). Já a função identificadora do artigo determinado, segundo o autor, tem sua origem no pronome identificador *ipse* que era *especialmente apto para ser empregado como artigo*. Mas a hipótese levantada por J.J.Nunes (1930), segundo a qual o *ille* deveria ser o mais utilizado, em função referencial, do que *ipse*, uma vez que *ille* é majoritariamente representado nas línguas românicas, nos leva a acreditar que a função demonstrativa era mais forte que a identificadora. Maurer Jr. (1959) esclarece que, de fato, *ille* era o mais empregado no LV, “desde que se manifestou a tendência de reduzir alguns demonstrativos a artigos” (p.113).

De acordo com Tarallo (1990), no LC os substantivos indeterminados e indefinidos eram formalmente marcados, por conseguinte, aqueles sem a marca poderiam ser interpretados como definidos. Com a aquisição do artigo, as línguas românicas tiveram *um ganho morfológico não-marcado*, isso porque o sistema passou a ter uma “nova forma para retomar uma antiga função” (pág.138). Em outros termos, podemos dizer que o LC possuía a função de definitude e determinação do substantivo, mas não possuía a marca formal, com a aquisição do artigo essa lacuna foi preenchida.

Ao analisarmos a evolução morfofonêmica sofrida pelo artigo, verificamos que, na grande maioria das línguas românicas, há vestígios da forma *ille*, exceto no sardo, conforme podemos ver a seguir, com base em Elia (1979):

i) *italiano*: nesta língua o artigo se originou do pronome demonstrativo com acento primitivamente na 1ª sílaba, como em latim; o que justifica a forma *il*. Há também a forma *lo* usada antes de *s* impuro (*lo studio*), ou de vogal (com elisão *l'*): *l'articolo*. No plural se empregam respectivamente: *i* e *gli*: *i pronome, gli articoli*;

ii) *catalão*: as formas antigas *lo, la, los, les* são hoje dialetais; devido a evoluções fonéticas (*de lo home > de lo home > del home*) surgiram: *el* (sing.) / *els* (pl.), mas que são mais usadas em Barcelona e Valência;

iii) *francês*: das formas antigas, abaixo descritas, apenas restaram, no francês moderno, as formas provenientes do acusativo: *le, la, les* :

	singular	plural
masc.	nom. <i>illi > li</i>	nom. <i>illi > li</i>
	acus. <i>illu > lo, le</i>	acus. <i>illos > les</i>
fem.	nom. <i>illa > la</i>	nom. (não passou)
	acus. <i>illa > la</i>	acus. <i>illas > les</i>

iv) *provençal*: existem as formas *lo, la, los, las*, mas no masculino também existem as formas *le e el*.

v) *romeno*: recebeu o artigo de *ille* com acento deslocado para a 2ª sílaba, tendo aglutinado ao final do substantivo. No masculino singular em vez da forma *-(u)l* para o artigo enclítico, ocorre também *le* que se aglutina aos nomes terminados em *-e*: *nume* (nome) *numele* (o nome). Aglutina-se *-l* quando o nome termina em *-u*: *lucru* (trabalho), *lucruil* (o trabalho). A forma *-ul* ocorre nos demais casos, como *domn* (senhor) *domnul* (o senhor); *le* é proveniente do nominativo *illi*, já *-l* é derivado do acusativo *illu*, o plural *-l* filia-se no nominativo latino: *illi*.; no feminino o artigo tem as formas *-a* (< *illa*) no singular e *le* (< *illae*) no plural: *capra* (cabra), *capra* (a cabra); *capre* (cabras), *caprele* (as cabras); o artigo romeno ainda conservou formas de dativo/genitivo, tanto no masculino, como no feminino – masculino: *-lui* (< *illui*) – singular e *-lor* (< *illorum*). – plural; feminino: *-ei* (< *illaei*) – singular e *-lor* (< *illorum*, por *illarum*) – plural.

vi) *rético*: *lu, l', la*;

vii) *sardo*: nesta língua o artigo se originou de *ipse* e assume as formas: *su, as, sos, sas* provenientes respectivamente de: *ipsu, ipsa, ipsos, ipsas*, com deslocamento inicial do acento da 1ª para a 2ª sílaba;

viii) *português*: do ponto de vista morfofonêmico a evolução é assim estabelecida, conforme Coutinho (1962): o *-ř-* deu regularmente *-e-*; a consoante dupla *-ll-* simplificou-se e a queda do *e* inicial se deu devido ao fato de o artigo ser palavra proclítica: *elos campos, ela casa*, onde *los campos, la casa*. Em certos casos, o *-l-* tornava-se intervocálico: *de lo chão, a la pedra, pera los rios* e, nesta posição, ele caía. Surgiram então *o, a, os, as* que, inicialmente, adverte o autor, apenas apareciam nas circunstâncias mencionadas, mas, posteriormente, generalizaram-se.

Essa evolução pode ser assim sumarizada:

Masculino	Feminino
Singular : <i>illu > elo > lo > o</i>	Singular: <i>illa > ela > la > a</i>
Plural: <i>illos > elos > los > os</i>	Plural: <i>illas > elas > las > as</i>

Da forma arcaica *lo, la* ainda hoje temos vestígios – *lo, no, el* – o *-l-* sofreu queda quando, em posição intervocálica, era precedido por formas verbais terminadas em vogal; pelas preposições *a, de e para*, e pelas formas do singular do adjetivo *todo*: *a-lo > ao; de-lo > deo > do; toda-la casa > toda a casa; vejo-los livros > vejo os livros*

Conforme Williams (1994), o /r/ e o /s/ finais de uma palavra precedente se assimilaram ao -l- de -lo, nas seguintes situações: com infinitivos; com preposições terminadas em /r/; com a segunda pessoa do singular e a primeira e segunda pessoas do plural das formas verbais; com o plural das formas do particípio passado; com *ambos, ambas, per* e com formas plurais de *todo: tomalla paz e a comunhom; passadallas tres partes, todolos dias*; as combinações com *per* sobreviveram na língua; as outras, de acordo com o autor, ou desapareceram ou permanecem em algum dialeto.

Houve também a assimilação do -l- ao -n- final da preposição *en*: *en-lo > enno > eno*. De acordo com Williams, neste ambiente, a assimilação foi mais lenta porque o -n da preposição era mais essencial ao sentido do que o -l- do artigo, que principiara a desaparecer em outras posições. O *e* (nasal) de *eno* foi primeiramente desnasalizado; posteriormente, como *eno* não era acentuado, perdeu sua sílaba e se tornou *-no*.

Finalmente, ao lado desses alomorfes foneticamente condicionados há *el*, que ocorre na língua contemporânea quase exclusivamente com a lexia *el-rei* e, de maneira eventual, com outros designativos da hierarquia da nobreza. Nos *Diálogos de São Gregório*, Mattos e Silva (1994) observou que *el-rei* ocorria em distribuição complementar com *o rei*. Neste caso, *o rei* vinha sempre seguido de um qualificador, e *el-rei* funcionava como um pronominal, referindo-se a um determinado *rei* já antes mencionado. Segundo a autora, o comportamento sintático entre *rei* e *el-rei* é coerente em todo o texto; entretanto, ela adverte que não se pode afirmar que se trata de uma regra geral no período arcaico e sugere que esta é uma hipótese a ser testada em outros trabalhos.

Gostaríamos de chamar a atenção para a seguinte questão: o fato de o artigo ter se originado a partir do sistema demonstrativo latino não se configura como um caso específico das línguas românicas, pois, segundo Harris & Campbell (1995), várias são as línguas cujo artigo definido se constitui a partir desse sistema: as línguas kartvelianas, algumas das línguas nígero-congolesas, a língua armênia, o grego, as línguas germânicas, entre outras.

Lyons (1977), buscando identificar o elo histórico entre o pronome demonstrativo, o pronome pessoal e o artigo definido do inglês (uma das línguas do ramo germânico), afirma que existe uma conexão entre eles do ponto de vista sintático-semântico:

i) o componente de definitude é um fator comum às três classes; este componente está associado à distinção proximidade/não-proximidade no caso dos demonstrativos e à distinção do gênero no caso dos pronomes de terceira pessoa;

ii) ainda em relação à proximidade/não-proximidade, *this* é marcado e *that* é não-marcado, pois há posições sintáticas em que *that* ocorre no inglês e é neutro no que se refere à proximidade ou qualquer outra distinção baseada na dêixis.

iii) *he, she, it* e *the* possuem distribuição assimétrica com relação a *this* e *that*:

- *this/that* – são usados tanto pronominal quanto adjetivamente; *he/she/it* – não podem ser empregados adjetivamente; *the* – não pode ser usado como um pronome.

Lyons ainda afirma que o artigo comporta-se sintaticamente como os adjetivos demonstrativos, mas é neutro com relação à proximidade, gênero e número (acrescentamos, no entanto, que isso se dá na Língua Inglesa, uma vez que a Língua Portuguesa admite as duas flexões); o artigo definido, afirma o autor, amalgama um componente pronominal e um componente adverbial adjetivado, sendo cada um deles não-marcados quanto à distinção dêitica de proximidade ou distância.

Vimos que, com a reestruturação do sistema demonstrativo, o LV conservou apenas três pronomes: *iste, ipse* e *ille*. Mas apenas *ille*, origem do artigo definido, era o mais utilizado quando se pretendia fazer referência a uma pessoa ou a alguma coisa conhecida de todos, o que pode ser comprovado, como foi visto, na evolução morfofonêmica do artigo em diferentes línguas da família românica, por meio da qual verificamos vestígios desse pronome. Mas o que explica o surgimento do artigo definido? Por que ele teve seu embrião no latim vulgar? É sobre isso que vamos discutir na próxima sessão.

As causas para o surgimento do artigo

A partir de várias obras consultadas, é possível estabelecer três causas para a manifestação do artigo: morfossintática, semântica, textual-discursiva e pragmático-discursiva.

i) causa morfossintática

O latim clássico, afirma Maurer Jr. (1959), era uma língua essencialmente sintética e, com isso, um grande número de função e relações entre as palavras era expresso por meio de desinências e sufixos. O latim vulgar, ao contrário, tomou um aspecto mais analítico, recorrendo aos verbos auxiliares, aos pronomes, às preposições e aos advérbios na expressão das relações entre os termos. A sintaxe do latim vulgar é simplificada especialmente na ordem das palavras e na construção do período. De acordo com Posner (1966), o aparecimento do

artigo se deu em virtude desse aspecto analítico do latim vulgar. Isso porque a palavra se tornou, nas línguas românicas, muito mais independente em relação ao latim clássico, onde suas formas eram flexionadas (ou ajustadas) para mostrar sua função na sentença. Com a queda do sistema de declinação nominal e com a respectiva perda de marcas formais do nome, o demonstrativo passa a atuar ao lado do nome, assumindo o papel de artigo (SILVA NETO, 1979). Para Oliveira (1992) o aparecimento do artigo deve ter sido um recurso capaz de 'reter' as funções gramaticais, pois, segundo ela, a marcação de caso é uma propriedade intrínseca do determinante. A partir disso, a autora apresenta a seguinte proposta: o aparecimento do artigo não só permitiu a queda do caso morfológico, mas acelerou este processo. Ou seja, ao contrário de Posner e de Silva Neto, para os quais a perda da flexão dos nomes contribuiu para o surgimento do artigo, Oliveira acredita que o artigo já estava atuando no sintagma nominal, antes da queda definitiva dos casos, e que ele contribuiu para o aceleramento do processo da perda.

A partir disso, pode-se dizer que a causa morfossintática do surgimento do artigo está relacionada à (i) criação de uma estrutura analítica da frase em oposição a uma estrutura sintética do latim clássico, (ii) à perda do sistema de marcação de caso (embora Oliveira acredite que esta perda tenha se acelerado com aparecimento do determinante, mas aqui não avançaremos neste assunto) e (iii) à perda do sistema de flexão das palavras o qual marcava, entre outros, o gênero e número dos nomes.

ii) – causa semântica: esvaziamento semântico do ille

Muitos autores dão como principal causa do aparecimento do artigo a 'perda da carga semântica' do *ille*. Elia (1979) afirma que a função individualizante do artigo deve-se ao esvaziamento de *ille*.

Foram dois os demonstrativos que sofreram o processo de 'esvaziamento': *ille* (quase sempre) e *ipse*. *Ille* - que se traduz como 'aquele' - é um pronome demonstrativo da terceira pessoa, isto é, não se refere nem a quem se encontra perto da pessoa que fala nem da pessoa com quem se fala. Trata-se, pois, de um ausente do diálogo. *Ipse* é um demonstrativo de identidade: enfatiza o indivíduo a que faz referência (Caesar ipse, 'o próprio César, ele e não o outro') (p. 210).

Ainda segundo Elia, o esvaziamento semântico do demonstrativo conferiu-lhe o caráter de partícula e, como tal, foi perdendo a tonicidade. Maurer Jr. (1959) afirma que esse esvaziamento foi comum em outras línguas indo-europeias: o inglês *the*, o alemão *der*, *die*,

das, etc. Já Posner (1966) afirma que, em virtude da fraca ênfase demonstrativa desenvolvida pelo *ille*, coube às línguas românicas utilizar-se de uma partícula de reforço *ecco/eccu(m)*. Mas, com relação a esse reforço, Maurer Jr. (1962, p.79) afirma que este emprego já se encontrava no latim vulgar *certamente já no tempo de Plauto*.

Lapesa (1961), por sua vez, critica os trabalhos que relacionam a frequência de *ille* e *ipse* com a debilitação de seu valor dêitico. Segundo ele, de acordo com os estudos de Trager, a partir de fins do século IV até fins do século VI, o crescente uso de demonstrativos latinos na literatura, que quase chega a duplicar-se, mostra que este crescimento não foi exclusivo de *ille* e *ipse*, pois *is* e *hic* continuavam sendo os mais utilizados inclusive em escritores do século VI.

Oliveira, assim como Lapesa, mostra-se contrária à ideia de esvaziamento do valor demonstrativo do pronome como causa do nascimento do artigo, por dois motivos:

1. O *ille* deve ser caracterizado por não pertencer à primeira ou à segunda pessoa do discurso, sendo definido negativamente em relação à dêixis; em virtude disso, não possuía uma carga semântica específica como os demonstrativos *hic/iste*. Sendo assim, como *ille* não possuía uma carga semântica dêitica positiva, mas negativa, é que pôde dar origem ao artigo. A mesma afirmativa serve para o *ipse* que, por significar simplesmente 'o próprio' sem dar as coordenadas espaço-temporais de identificação de pessoa, dele se originaram os artigos do sardo e, em alguns casos, do catalão.
2. Com relação à partícula de reforço, Oliveira defende a ideia de que tal reforço: “não deve ter se originado para distinguir o demonstrativo *ille* do artigo *ille*, pois a partícula também não era prefixada aos termos *iste* e *ipse* (aqueste e aquesse no português.” (1992, p.151)

A autora chega a esta conclusão após a análise do *corpus* de sua pesquisa, no qual não aparece a partícula reforçadora.

Não acreditamos, juntamente com Oliveira e Lapesa, nesse esvaziamento semântico do *ille* como causa do surgimento do artigo, pois, conforme Lyons (1979), as 1ª e 2ª pessoas são os membros positivos da categoria de pessoa, já a terceira é uma situação do enunciado, ao contrário das 1ª e 2ª pessoas. Então, o *ille* não foi destituído de sua carga semântica, tendo em vista que ela já se apresentava negativa. Entretanto, relativamente à partícula de reforço, gostaríamos de frisar que, ao contrário do que afirma Oliveira, segundo a qual, a partícula servia para distinguir o *ille* demonstrativo do *ille* artigo, a distinção era marcada, conforme consta da literatura, para diferenciar o *ille* demonstrativo do *ille* como pronome pessoal.

Com efeito, se se leva em conta que, num determinado período da língua, uma mesma forma – *ille* – representava: pronome demonstrativo, artigo definido e pronome de 3ª pessoa e que, conforme Jordan & Manoliu (1972, p.246), o *ille* demonstrativo não exigia *la presencia de un nombre* e que, além disso, o *ille* como pronome de terceira pessoa também dispensava (e dispensa) a presença de um nome, achamos razoável afirmar que o sistema linguístico tenha se utilizado dessa partícula de reforço para estabelecer tal distinção; isto é, estabelecer a distinção entre *ille* demonstrativo do *ille* como pronome pessoal.

iii) *Causa textual-discursiva: dêixis, anáfora*

De todos os autores consultados que tratam deste assunto é possível constatar, ou inferir, quando a afirmação não está explícita, que foi a partir da função anafórica que se deu a gênese do artigo.

Lausberg (1966) afirma que o artigo definido tem em sua origem a função de referir-se a um indivíduo ausente, mas conhecido pelo ouvinte, pois já havia sido mencionado no contexto pelo falante. A função identificadora do artigo, prossegue, é oriunda do pronome identificador *ipse*, especialmente apto para ser empregado como artigo. Já Maurer Jr. (1959) relaciona a função anafórica do artigo com o fato de o *ille* passar a exercer a função de *is*, que era um pronome anafórico. Segundo ele, o uso anafórico de *ille* por *is* deve ter sido o ponto de partida do seu emprego como pronome pessoal e como artigo definido, funções que também eram exercidas por *ipse*.

À primeira vista, a posição dos autores parece diferenciada no que se refere à função originária do artigo: função identificadora para Lausberg e anafórica para Maurer Jr.. Vejamos isso mais de perto: Lausberg afirma que o artigo tem a função de se referir a um indivíduo ausente, mas já conhecido pelo ouvinte, pois já fora mencionado no contexto pelo falante. Esse falante pode se referir àquele indivíduo, numa primeira menção, por meio de uma expressão genérica, por exemplo, *Era uma vez um rei...* e identificá-lo, numa segunda menção, por meio de um artigo *O rei*, com o objetivo de fazer da denominação genérica a denominação inconfundível de um indivíduo identificado (LAUSBERG, 1966). Pode-se depreender, a partir disso, que o verbo 'identificar' está sendo usado para marcar, simultaneamente, duas situações:

- 1) – tornar identificado ou mais definido um termo que estava num sentido genérico: um rei / o rei; o artigo foi usado, então, para marcar a definitude de um nome.

- 2) – estabelecer uma relação correferencial, ou seja, 'o rei de que falo agora, é o mesmo rei de que falei anteriormente'; nesse caso, o artigo está sendo usado anaforicamente, de acordo com Lyons (1977).

A aparente divergência entre os dois autores se desfaz, em nossa opinião, nesse momento; ou seja, a 'função identificadora do artigo' defendida por Lausberg também pode ser vista como 'função anafórica', que é defendida por Maurer Jr. Portanto, o que marca a diferença entre ambos é uma questão de nomenclatura, acreditamos.

Oliveira (1992), baseada em Renzi (1982) e Ramat (1986)³, acredita que o artigo surgiu a partir de uma função anafórica, já que como identificador de classe ou espécie o determinante era ausente no latim vulgar, mas era já usado para indicar um elemento conhecido: "*Sancti Monachi ... sancti ili ... illi sancti.*" Além disso, o surgimento está relacionado a uma estrutura anafórica adjetiva ou relativa como N+Det(Rel)+Adj de "Carlo, o grande", recobrando a estrutura "Carlo, Carlo grande".

Lapesa (1961) acredita que, semanticamente, houve dois momentos para o surgimento desse determinante: primeiramente foi a constituição do artigo a partir da anáfora, e o segundo foi a sua ampliação para fora do campo endofórico:

1º momento: a origem anafórica do artigo – a influência da língua coloquial, afirma o autor, na qual o elemento dêitico ou sinalizador era abundantemente utilizado, possibilitou o amplo emprego dos demonstrativos. Isso fez aumentar ainda mais o número de demonstrativos que acompanhavam o substantivo para, especialmente, fazer referência anafórica a um ser ou objeto mencionado antes. Para Lapesa, o falante, ao referir-se às entidades presentes em seu espírito (que entendemos como presentes no contexto da enunciação), colocou-as em destaque empregando primeiro uns ou outros demonstrativos.

- a especialização de *ille/ipse* com anafóricos – posteriormente, afirma Lapesa, esse falante especializou, para esta função de 'acento sintático', os dois pronomes que mais facilmente podiam deixar suas antigas funções: *ille* como não era ligado à primeira nem à segunda pessoa, isentou-se da notação de distância para tornar-se puro signo de referência anafórica; o *ipse* que se aproximava de *idem* até confundir-se com ele, deixou de expressar a identidade de uma pessoa ou coisa em duas menções distintas, para indicar simplesmente que tal pessoa ou coisa já havia sido mencionada.

³ RAMAT, Paolo. *Introduzione alla linguística germânica*. Bologna: Mulino, 1986; RENZI, Lorenzo. *Introducción a la filología românica*. Madrig: Gredos, 1982.

2º momento: a ampliação de *ille/ipse* para fora do campo anafórico – o passo seguinte, sentença Lapesa, consistiu na ampliação de *ille* ou *ipse* para fora do âmbito endofórico *para evocar coisas que o discurso não designa, mas implica, coisas não mencionadas antes, mas implícitas no dito ou relacionadas com ele*. Segundo o autor, enquanto aumentavam em frequência, *ille/ipse* se capacitavam para novas funções cujo surgimento não se deu repentinamente, mas através de um desenvolvimento progressivo.

Lapesa acredita que a associação ou ausência de *ille* ou *ipse* junto ao nome substantivo foi marcando progressivamente a distinção entre realidades atuais e conceitos virtuais, que entendemos como sendo, respectivamente, a distinção entre referência exofórica/endofórica – que ocorre quando o referente é identificável por uma situação específica – e referência homofórica – que ocorre quando o referente é identificável extralinguisticamente sem relação com a situação – somente a partir daí, sentença Lapesa, existiu propriamente o artigo.

Para Iordan & Manoliu, entretanto, a dêixis é a função originária do artigo:

O demonstrativo se transformou com o tempo em artigo definido. O demonstrativo indica certas relações de distância entre um objeto e o espaço ou tempo em que se realiza a comunicação, elementos que são conhecidos pelos falantes. O artigo definido tem um papel semelhante: refere-se a um objeto conhecido ao menos pelo falante. Do demonstrativo que acompanhava o substantivo se desenvolveu o artigo românico (...) (IORDAN & MANOLIU, 1972, p.158).

Acreditamos que a afirmativa "o artigo tem um papel semelhante: refere-se a um objeto conhecido ao menos pelo falante" como um caso dúbio:

- 1) – se se considera que esse objeto seja realmente conhecido apenas do falante e é introduzido no discurso por meio de um artigo, então se está, realmente, diante de um caso dêitico, já que a anáfora não introduz elementos no discurso, (cf. Lyons (1977)); além disso, tomando como válida a hipótese de Lapesa, segundo a qual, a capacidade do *ille/ipse* de se referir a 'coisas não mencionadas antes, mas implícitas no dito ou relacionadas com ele' ter sido desenvolvida num segundo momento, a afirmativa de Iordan & Manoliu refere-se à segunda fase em que o artigo foi ampliado para fora do campo da anáfora;
- 2) – mas se se considera que o objeto seja conhecido do falante e do ouvinte porque foi feita uma referência no ato do discurso, então se está diante de um caso anafórico; portanto, Iordan & Manoliu estão conformes a Lapesa (1961) e a Oliveira (1992).

iv) *Causa pragmático-discursiva*

Na literatura consultada, muitos autores relacionam a manifestação do artigo com a necessidade de uma melhor expressividade da frase no uso popular: 'é fácil compreender que o artigo nasceu do desejo de expressividade e de clareza' (SILVA NETO, 1979).

De acordo com Maurer Jr. (1962), esta expressividade é uma das características que marca a diferença entre o latim clássico e o latim vulgar. Segundo o autor, a língua clássica restringiu bastante o gosto tradicional das formas afetivas e expressivas, o que, naturalmente, afirma, deveria estar de acordo com a tendência aristocrática, com o seu formalismo solene, de austera dignidade. Por outro lado, no uso popular, afirma o autor, os recursos de expressão antigos permaneceram num grau elevado, como mostram os muitos vestígios de verbos intensivos e frequentativos e a predileção por sufixos verbais novos, tais como: *-iare* e *-icare*, além de um grande número de diminutivos de nomes em *-on (-one)*, e de prefixos expressivos e redundantes: *ad-*, *ex-* e *in-*, nas formas parassintéticas. De fato, conclui, a sufixação mantém a sua vitalidade principalmente no terreno das formações expressivas.

Maurer Jr. (1962) afirma que no latim vulgar destacava-se o gosto acentuado pelas formas concretas e expressivas constituindo, assim, uma das tendências mais notáveis desse latim, o que revela seu caráter popular. Segundo o autor, no latim vulgar constituem uma minoria insignificante os nomes abstratos, que designam qualidades e atividades do espírito, assim como termos genéricos, ao contrário de nomes de objetos concretos e individuais que são abundantes: *daí o uso de artigos, de possessivos, de pronomes pessoais, como revela o estudo da sintaxe vulgar*. (MAURER JR., 1962, p.68). A expressividade, sentencia Maurer Jr., é ainda muito usual e representa de fato uma velha tendência da língua latina.

Nessa mesma linha de pensamento de Maurer Jr., Basseto (2001) afirma que essa concretude do latim vulgar deve ser creditada “ao modo de vida de seus falantes e de sua mundividência, voltada sobretudo para os problemas materiais.” (pág.95). Segundo o autor, essa característica vai ter reflexos mais evidentes no léxico e na sintaxe, e um exemplo dessa última é a criação do artigo, já que havia “a necessidade de uma melhor caracterização e identificação dos substantivos” (pág.95).

Lapesa (1961) também aponta como um dos fatores para criação do artigo a necessidade de marcar a *expressividade* da frase. Segundo ele, escritores cristãos usavam os demonstrativos porque tinham a necessidade de acentuar a vivacidade expressiva da frase. A literatura cristã, adverte o autor, utilizava-se dos demonstrativos dissipados como gestos verbais no colóquio popular quando da pregação às massas, e os escritores cristãos

dispensavam a elegância formal, pois acreditavam que ela fosse contrária às necessidades e ao espírito de sua doutrina. São Jerônimo, que ao contrário de seus colegas empregava menos demonstrativos, sonhou merecer castigo celestial por ter se preocupado excessivamente com primores estilísticos (LAPESA, 1961).

De acordo com esse autor, a proliferação vulgar de instrumentos marcadores, originada por vontade própria expressiva, seria para representar seres e objetos em relação às circunstâncias e ao ponto de vista pessoal. Mediante seu emprego ou ausência, o nome ficava ligado a:

uma nova entidade subjacente, o falante, a pessoa humana que se afirmava sob a onda movediça da linguagem, dando assim à língua um acento pessoal novo que contrastará grandemente com o caráter impessoal do latim.' (LAPESA, 1961, p.70)

Lapesa (1961) afirma que a *Peregrinatio Aetheriae*⁴, que constitui como uma das escassas fontes do latim vulgar é rica em atos expressivos. Segundo o linguista espanhol, quando a autora descreve lugares e episódios vistos ou vividos em experiências concretas, abunda-se o uso de demonstrativos adnominais (isto é, de artigos definidos); assim, exemplifica o autor, ao descrever o Sinai, cheio de lembranças bíblicas pontualmente localizadas (ou seja, dêiticas), ao falar dos caminhos seguidos na fatigante ascensão ao sagrado monte, ou ao se referir aos ancoretas que lhe serviram de guia, multiplicam-se os exemplos de *is*, *hic*, *ille* e *ipse*. Todavia, contrapõe o autor, o emprego dos demonstrativos diminui consideravelmente quando se descrevem ritos e práticas piedosas como comportamentos costumeiros de personagens genéricas. Os verbos dessas passagens, por sua vez, não se apresentam no pretérito com os quais a narração conta suas lembranças do vivido, mas no presente habitual, como correspondente a comportamento sempre repetido por bispos, presbíteros, diáconos ou fiéis; ou seja, segundo Lapesa, não havia, por parte da monja, um interesse nas pessoas, mas nas suas ações.

Estabelecendo um cruzamento entre as informações fornecidas por Maurer Jr. e Lapesa, podemos propor a seguinte análise: (i) se o latim vulgar é marcado, dentre outras características, pelo *gosto acentuado pelas formas concretas e expressivas*; (ii) se ao artigo coube dar mais expressividade à frase e (iii) se, conforme Lapesa, na *Peregrinatio*, e em

⁴ Trata-se de um diário de viagem escrito por uma mulher, provavelmente em fins do IV e princípios do V século, mas publicado apenas em 1887, em que conta as suas irmãs de comunidade religiosa tudo que lhe ocorreu durante sua peregrinação, por três anos, pelos lugares santos da Palestina e do Oriente (VALLE, 2008).

alguns textos de escritores da literatura cristã, há uma relação entre uso de demonstrativos com a necessidade de acentuar a vivacidade expressividade da frase, talvez seja razoável incluir o fator pragmático-discursivo como uma das justificativas para o 'nascimento' do artigo definido.

Considerações finais

Discutimos neste artigo que o latim vulgar, em relação ao clássico, é mais simples, mais analítico, mais concreto e mais expressivo. As simplificações ocorridas na morfologia devido ao complexo sistema do latim literário e à fragilidade das desinências finais átonas contribuíram para mudanças no sistema flexional da língua dos romanos. Com tais mudanças o aspecto sintético alterou-se para um aspecto mais analítico o que contribuiu, consideravelmente, para a independência sintática dos constituintes na frase. Dentre as principais consequências disso, vimos que com a reestruturação do sistema dos pronomes demonstrativos clássicos, há uma alteração no número de pronomes: dos seis pronomes, apenas três foram conservados: *iste*, *ipse* e *ille*. Com a necessidade de indicar a categoria gramatical e uma melhor caracterização e identificação dos nomes, esses dois últimos pronomes, em especial o *ille*, passam a exercer a função das desinências então perdidas, dessa situação surge o artigo definido.

Além de tratarmos do surgimento desse determinante, pretendíamos discutir quais foram as outras causas, além da morfossintática que propiciaram a criação do artigo definido, que foram a semântica, textual-discursiva e a pragmático-discursiva. A causa semântica, a debilitação de valor dêitico pronome *ille*, não se mostrou muito eficiente, uma vez que, como discutido, esse pronome já não possuía esse tipo de carga semântica. A causa textual-discursiva pareceu-nos bastante forte, já que, dentre outros, o artigo, ou o seu embrião, passou a ser utilizado para retomar o referente que fora mencionado anteriormente. Já a causa pragmático-discursiva parece-nos que é a que mais aproxima o surgimento do artigo ao latim vulgar, que tem como traço característico o uso oral. Conforme afirmou Biderman (2001), é da essência da oralidade buscar o máximo de expressividade, daí sua vocação para ser o *locus* de neologismos, ou do surgimento da variação, conforme destaca a Sociolinguística; e se o artigo surge também para marcar a expressividade e *vivacidade da frase*, pode-se dizer que essa seja uma causa senão suficientemente forte, pelo menos merecedora de mais investigações.

Referências

- BASSETTO, Bruno F. *Elementos de filologia românica*. SP: Edusp, 2001;
- BIDERMAN, Maria Teresa C. *Teoria Linguística: leitura e crítica*. SP: Martins Fontes, 2001;
- CÂMARA JR., J. Mattos. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976;
- COUTINHO, Ismael de L. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962;
- ELIA, Silvio. *Preparação à linguística românica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico SA, 1979;
- HARRIS, Alice C. & CAMPBELL, Lyle. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Londres: Cambridge University Press, 1995;
- HARRIS, Martin & VINCENT, Nigel. *The romance languages*. Nova York: Oxford United Press, 1988;
- IORDAN, Iorgu & MANOLIU, Maria. *Manual de Lingüística Románica*. Madrid: Gredos, 1972;
- LAPESA, Rafael. Del Demonstrativo al artículo. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, ano XV, no. 1-2, 1961;
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica: morfologia*. Madrid: Gredos, 1966;
- LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1977, 2 vols.;
- _____. *Introdução à linguística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva; Hélio Pimentel. SP: USP/Cia Editora Nacional, 1979;
- MATTOS E SILVA, Rosa V. *Português Arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994;
- MAURER JR., Theodoro H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959;
- _____. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962;
- MENDES, Soélis T. do Prado. *A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* (Dissertação Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000, 225 p.;

NUNES, J.J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 2^a.ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1930;

OLIVEIRA, Marilza. *A expansão do sintagma nominal no latim vulgar e no latim-português*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1992, 220 p. ;

POSNER, Rebecca. *The romance language*. Nova York: Anchor books, 1966;

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa*. SP: Ática, 1990;

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1979;

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo, 1994.

Artigo recebido em: 01/09/2015

Artigo aceito em: 18/12/2015

Artigo publicado em: 28/12/2015